

CRISES ECONÔMICAS, DESEMPREGO, POBREZA E ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE MARX

Cristiano Soares de Souza¹
Irenilda Angela dos Santos²

Resumo: Trata-se de estudo acerca da importância do microcrédito como alternativa para ampliação da distribuição de renda e diminuição da pobreza no Brasil. Neste contexto, será realizada análise exploratória com base em conceitos e fundamentos do modelo proposto por Karl Max, onde serão identificadas as falhas do sistema capitalista de produção, o antagonismo eterno entre capital e trabalho, desigualdades sociais, bem como, a crescente degradação dos valores culturais, humanos e do meio ambiente. Nesse cenário de paradigmas onde o interesse do Estado sobrepõe-se ao bem estar social, propõe-se a identificação da eficiência do programa de oferta de microcrédito brasileiro como política pública eficaz no combate ao desemprego e aumento da distribuição de renda.

Palavras-chave: Microcrédito. Distribuição de renda. Desemprego.

Abstract: It is the study about the importance of microfinance as an alternative to expanding the income distribution and poverty reduction in Brazil. In this context, will be held exploratory analysis based on concepts and fundamentals of the model proposed by Karl Marx, which will identify the failures of the capitalist system of production, the eternal antagonism between capital and labor, social inequalities, as well as the increasing degradation of values Culture humans and the environment. In this scenario paradigms where the state's interest outweighs the welfare state, it is proposed to identify the effi-

¹ Aluno da Pós Graduação Strictu Sensu – Mestrado em Política Social. UFMT. Cuiabá, 2013.

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável UNB. Professora do Mestrado em Política Social. UFMT.

ciency program offering microcredit Brazilian and effective public policy to combat unemployment and increased income distribution.

Key-words: Microcredit. Income distribution. Unemployment.

Introdução

O processo de evolução do sistema de produção capitalista deixa uma pergunta que até hoje não se obteve resposta para o desastre maior que os mecanismos de dominação financeira deste processo causam: Como acabar com a pobreza no mundo? O grande fenômeno do pauperismo, que hoje assola o mundo, criando um conflito entre a sociedade organizada e os Estados-nações que não encontram saídas para solucionar este problema. Ainda dentro do processo de acumulação do Capital, surgem as crises econômicas, que de um lado faz com que os donos dos meios de produção dispensem sua mão-de-obra para não perderem seu maior objetivo que é o lucro, a chamada população supérflua, como denomina Karl Marx, criando uma grande massa de desempregados.

O pensamento marxista nunca foi tão útil e necessário a fim de compreender o motivo, a causa e o resultado dessas crises do capital bem como de transformar o mundo. Esse pensamento que é válido hoje ainda mais do que ontem, também é propagado e difundido pelos estoriadores e economistas Eric Hobsbawm, Maurice Dobb e Paul M. Sweezy, ambos marxistas e defensores de uma sociedade fundada inteiramente nos princípios democráticos.

Os governos buscam, através de políticas públicas, realizar medidas que possam reverter o aumento do nível de desemprego e, conseqüentemente, ampliar os meios de distribuição da renda. Por essa razão, uma das alternativas já experimentadas em outros países e, que atual-

mente vem sendo realizada de forma pouco expressiva pelo governo atual brasileiro é a criação de programas de microcrédito para trabalhadores ou microempreendedores que subsistem na informalidade.

O microcrédito trata-se de um instrumento de oferta de crédito que possibilita ao seu tomador a oportunidade de investir no próprio negócio, a juros menores de mercado, subsidiados pelo governo.

1 Histórico das crises econômicas do capitalismo

De acordo com Labrousse (1962, apud, Coggiola, 2009), no período pré-capitalista, catástrofes naturais como geadas, enchentes, secas, pragas e epidemias ou o envolvimento dos povos em guerras provocavam queda na produção, gerando escassez e privações generalizadas. Eram as chamadas crises de sub-produção. A amplitude dos efeitos dessas crises, contudo, dependia do modo como estavam estruturadas as relações sociais, sendo tanto mais graves quanto mais desigual a distribuição da produção social. Exemplos clássicos de crises historicamente conhecidas em sociedades mercantis simples, nas quais a produção de mercadorias destinadas fundamentalmente à troca não dominava o conjunto da vida social, são as crises do Antigo Regime. As crises que assolaram os países europeus, nos séculos XVII e XVIII, eram mais localizadas, em geral diretamente relacionadas ao setor agrícola, daí irradiando-se para outros planos da estrutura sócio-econômica. A Revolução Francesa, como demonstrou Ernest Labrousse, esteve vinculada à grande crise que em 1789 vitimou aquele país, desencadeada pelas más colheitas, o que gerou carestia alimentar, fome, desemprego nas manufaturas, queda na renda feudal e extorsão fiscal. Entre a segunda metade do século

XVIII e a primeira do XIX, os países manufatureiros europeus, em que dominava a produção têxtil, França e Inglaterra especialmente, viram surgir outro tipo de crise: as denominadas, crises mistas. Elas se distinguem das primeiras por não estarem inteiramente determinadas pela conjuntura agrícola, embora o mercado dos cereais ainda exercesse forte influência sobre os rumos e ritmos da atividade econômica como um todo e da indústria leve de um modo particular.

Segundo Coggiola (2009) alguns autores consideraram a crise de 1848 como a última do gênero acima referido e a de mais graves conseqüências sociais e políticas. O próprio Marx, ao analisar a Revolução de 1848 na França, associou a deflagração do movimento à crise do comércio mundial em 1847 e à crise econômica que assolou aquele país nos anos imediatamente anteriores ao conflito, provocada pela recessão e agravada pelas más colheitas de 1845 e 1846. Outros historiadores, que se dedicaram ao estudo das crises na economia francesa do século XIX, mostraram persistir ainda certa ligação entre a alta dos preços do trigo e as dificuldades na venda de tecidos durante a crise que de 1861. Depois desta data, porém, conforme demonstraram, esse vínculo não mais existia e a crise têxtil passou a apresentar certa autonomia em relação à conjuntura agrícola.

De acordo com Coggiola (2009) de qualquer modo, a partir de 1870 os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises têxteis desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas superproduções relativas. Tiveram início então as crises modernas, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio. Embora cada crise apresentasse características próprias, correspondentes às conjunturas particulares nas quais se inscrevia, de uma maneira geral se faziam notar pela contração brutal da eco-

nomia, dificuldade de escoamento da produção industrial, queda dos preços, falências de numerosas empresas, quebra da bolsa, desemprego e redução dos salários e tensões sociais. As primeiras tentativas de explicação para a ocorrência de crises e depressões profundas e periódicas nas modernas sociedades industriais vieram da escola clássica, fundadora da economia política, cujos representantes foram os primeiros teóricos da economia. A economia clássica, em parte, baseava-se nas idéias dos fisiocratas franceses, para quem, por sua própria natureza, a economia funcionava perfeitamente bem. O mercado tendia naturalmente para o equilíbrio, desde que nada de estranho perturbasse a ordem natural das coisas. De acordo com este raciocínio, as crises eram consideradas acidentes conjunturais que se passavam no curso do fenômeno essencial: a acumulação de capital pelos capitalistas ou o aumento da riqueza nacional. Suas investigações recaíram fundamentalmente sobre as causas ou fatores que estimulavam ou, ao contrário, dificultavam a acumulação. A busca do lucro máximo fazia a economia crescer e expandir-se por meio do re-investimento. Além disso, o lucro era considerado premissa para a melhora das condições de vida por meio do crescimento da produção e da produtividade, servindo, portanto, a toda coletividade. O mercado da livre concorrência, segundo pensavam, deveria manter os interesses individuais em equilíbrio por intermédio da troca de valores equivalentes, a qual era determinada pela quantidade de trabalho contida nas mercadorias.

Segundo Hobsbawm (1976, apud, Coggiola, 2009), contudo nas primeiras décadas do século XIX, as perspectivas econômicas mostravam-se sombrias, tanto para os economistas como para os homens de negócios. Embora nas fases iniciais da era industrial, apro-

ximadamente entre 1780 e 1815, as novas atividades não exigissem investimentos de capitais muito vultosos, os produtores de algodão e os industriais incipientes encontravam dificuldades para reinvestir e promover o progresso social. Aquelas classes ou setores que possuíam condições de investir - grandes proprietários de terra, grupos mercantis e financeiros - não se interessavam em fazê-lo. Assim, os investimentos tinham por pressuposto a manutenção dos salários em um patamar extremamente baixo, tendo por consequência a redução da massa de lucro. De fato, logo após o término das guerras napoleônicas, os lucros da atividade algodoeira na Inglaterra caíram a um nível tal que parecia justificar o temor dos economistas de que a sociedade poderia chegar a um estado estacionário.

De acordo com Coggiola (2009) o pessimismo marcava o pensamento dos economistas clássicos. Para Ricardo - que publicou os *Princípios de Economia Política e de Tributação* em 1817- a produtividade decrescente do cultivo da terra associada ao crescimento da população elevavam de uma só vez os custos e os preços dos alimentos, conduzindo a uma correspondente elevação dos salários em termos monetários e dificultando ou impedindo a liquidez de capital. Em outras palavras, a tendência ao desnivelamento entre rendimentos do trabalho industrial e agrícola causaria elevação dos salários e diminuição dos lucros. A renda da terra seria favorecida e conseqüentemente, os proprietários de terra, em detrimento da acumulação de capital.

Malthus, economista clássico britânico, exacerbou o lastro pessimista dos clássicos, mostrando que a população crescia em uma progressão geométrica e os meios de subsistência segundo uma progressão aritmética. Considerado por muitos como heterodoxo, para

ele não havia equilíbrio automático e a lei de mercado de Say era um mito. Para Marx, os estudiosos ingleses demonstravam profunda intuição em relação ao desenvolvimento da produção capitalista, ao perceberem na queda do lucro um gravíssimo entrave à acumulação. Contudo, a compreensão da realidade social por eles esboçada estava limitada não só pelas condições históricas como pelo fato de seus principais representantes se posicionarem favoravelmente à expansão da economia burguesa.

A produção social possuía ainda um caráter marcadamente agrário, sendo igualmente de grande importância econômica o comércio ultramarino. O capitalismo não havia desenvolvido sua forma econômica plena, caracterizada pela produção industrial em larga escala e pela luta de classes cada vez mais acentuada entre capitalistas e trabalhadores. Assim, apesar de dedicarem atenção ao antagonismo dos interesses de classe, como o fez conscientemente Ricardo, percebiam no conflito de interesses entre capitalistas e proprietários de terra a contradição central da economia capitalista. E mais, os antagonismos de interesses de classe - como também a divisão do trabalho, as classes sociais, o mercado e a acumulação - eram vistos como uma lei natural da sociedade, não sujeita a determinações históricas.

Segundo Coggiola (2009) a partir das décadas de 1830-1840, o temor da economia política clássica mostrou-se, aparentemente, infundado. Neste período, a industrialização entrou em uma nova fase, dominada pelas estradas de ferro, carvão, ferro e produção de aço. O ritmo da acumulação de capital não diminuiu; ao contrário, aumentou. Nos países desenvolvidos, o capital estendeu seu domínio sobre toda a sociedade e a burguesia conquistou o poder político nas duas grandes potências industriais da época: Inglaterra e França.

O conflito de classes entre capitalistas e trabalhadores assumiu um caráter cada vez mais agudo e ameaçador, cujos reflexos se fizeram notar também na esfera do pensamento econômico.

Conforme Coggiola (2009) de certa forma, a crise de 1848, primeira a influenciar os trabalhos de Marx e Engels, foi a última e talvez a pior catástrofe econômica do antigo regime. Nela, entretanto, encontravam-se presentes simultaneamente elementos do moderno capitalismo, causando a onda revolucionária que abalou o continente em 1848, morrendo logo depois. A crise seguinte aconteceu em 1857 e esteve ligada ao incremento da quantidade de ouro em circulação no mercado mundial, elevada em cerca de um terço entre 1848 e 1856 devido à descoberta de jazidas deste mineral na Califórnia (EUA) e Austrália. As taxas de juros sofreram forte queda, condicionando o movimento internacional de capitais e mercadorias.

Essa crise teve início no Estados Unidos, que havia recebido grande quantidade de população imigrante e grande quantidade de capitais, utilizados na especulação de terras e ferrovias. O primeiro sintoma da crise aparece com a falência, em julho de 1857, do banco *The Ohio Life Insurance and Trust Company*, empenhado na especulação ferroviária, causando um pânico financeiro nas bolsas americanas, que se espalhou pelas bolsas de valores da Europa, afetando as indústrias têxteis e siderúrgicas e causando desemprego. Em 1859 seus efeitos se reduziram, o desemprego parou de crescer e os preços começaram a se elevar novamente.

De acordo com Hobsbawm (1988, apud Coggiola, 2011) em função dos passados acontecimentos de 1848, esta crise foi acompanhada com grande interesse por Marx e Engels. Segundo Eric Hobsbawm, a revolução européia, tão próxima no grande ano de

esperança e desapontamento, desapareceu de vista. Marx e Engels tinham depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subsequentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em seqüência à (e em consequência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isto não aconteceu, eles não a esperaram mais em um futuro previsível.

De acordo com Dobb (1974, apud Coggiola, 2011) após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1851 e 1873, o capitalismo conheceu uma crise de grandes proporções, sua primeira crise mundial moderna, que durou até 1895. Para Maurice Dobb, o que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência.

Conforme Hobsbawm (1989, apud Coggiola, 2011) durante este período o sistema capitalista experimentou um notável aumento de sua capacidade de produção resultante das novas tecnologias desenvolvidas a partir de novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade. A produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço (...) multiplicou-se por vinte (de 500 mil para onze milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes. A crise abriu

espaço para a crescente monopolização das economias nacionais e permitiu a intensificação da expansão imperialista, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas.

A teoria do *laissez-faire* triunfou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e economia liberais. Na Grã-Bretanha de meados do século XIX, mais do que em qualquer outro país do mundo, essas condições se fizeram presentes até que a Grande Depressão dos anos 1873-1896 a atingiu, como havia alcançado todos os demais países ou colônias integrantes da economia capitalista mundial. A expansão geográfica do capitalismo e a exploração dos mercados externos, dando início ao moderno imperialismo capitalista, foi a solução encontrada pela Europa para sair da crise.

2 Crises produto do Capital

Em toda a obra *O Capital* não existe um tratamento completo ou sistemático sobre crises atreladas ao sistema capitalista. Sweezy economista neomarxista estadunidense, justifica com clareza o motivo desta ausência:

As crises, fenômenos extraordinariamente complicados, são condicionadas em proporções maiores ou menores por uma grande variedade de forças econômicas. Como expressou Marx, “a crise real só pode ser explicada pelo movimento real da produção, concorrência e créditos capitalistas. Concorrência” e “crédito” eram para ele toda a estrutura orgânica dos mercados e a maquinaria financeira que torna a economia atual tão mais complicada do que os sistemas-modelo analisados em O Capital.

A crise econômica está diretamente ligada ao processo de circulação da mercadoria, ao processo de produção inerente ao sis-

tema capitalista, que consecutivamente pela história teve períodos de superprodução que resultaram em crises que afetaram o Capital e consequentemente a sociedade.

O foco do capitalista é o lucro, a mais-valia do trabalhador, não pode-se considerar que o proletário tenha o mesmo objetivo de acumulação de mais e mais riqueza, já que o mesmo com sua força de trabalho encontra-se em situação desfavorável ao dono do meio de produção. Segundo Sweezy a diferença de comportamento e motivação entre o capitalista e o trabalhador não tem, decerto, nada a ver com a “natureza humana”. Onde o mesmo justifica seu posicionamento:

Resulta da diferença entre D-M-D e M-D-M, ou seja, das diferentes circunstâncias objetivas, em que cada qual está colocado. Pela incapacidade de estabelecer esta distinção, os economistas ortodoxos foram levados, com frequência, a um de dois erros opostos: o de supor que no capitalismo todos são levados pelo desejo de obter lucros, ou pelo erro de supor que todos estão interessados apenas nos valores de uso e que portanto toda poupança deva ser considerada à luz de uma redistribuição da renda através do tempo. (SWEETZY, 1967, p.170)

Segundo Tavares (2009, p.31, apud, Andrade; Silva, p.31) os “limites” à acumulação decorrem do próprio processo de valorização do capital. São, portanto, elementos *endógenos* - e não *exógenos*, como o esgotamento dos recursos naturais e da força de trabalho - do sistema capitalista que engendram sua própria crise:

A acumulação de capital pára por si mesma. ... Pára pela força ou fraqueza da concorrência entre os vários capitais; pela acumulação de capacidade ociosa, que se produz no descompasso entre o investimento que atrai investimento em cadeia e o escoamento da produção corrente; pela anarquia da produção capitalista, que move as expectativas de rentabilidade para cima, quando tudo vai bem, e as reverte bruscamente, quando o endividamento é excessivo e o risco se torna inaceitável. (...) A acu-

mulação não esbarra nos salários ou na falta de mão de obra, esbarra em si mesma. O capital é o limite de si mesmo, advertia Marx. (TAVARES, 1978, p. 30-31, apud, ANDRADE; SILVA, 2009, p.31).

As crises econômicas ocorridas no sistema capitalista, estavam certas por Karl Marx, como afirma:

Na realidade, o que Karl Marx asseverava não era que o capitalismo havia alcançado o limite de sua capacidade de pôr em marcha as forças de produção e sim que a irregularidade do crescimento capitalista produzia crises periódicas de superprodução que, mais cedo ou mais tarde, se mostrariam incompatíveis com a maneira capitalista de gerir a economia e geraria conflitos sociais aos quais ele não poderia sobreviver. (HOBSBAWM, 2012, p.17)

Independentemente de estarmos hoje vivendo no século XXI, as obras e Teoria de Karl Marx se tornam vivas pois retratam o movimento cíclico relatado por ele, do sistema de produção capitalista que sobrevive até então. A luta de ontem do Proletariado versus Burguesia ou Trabalhadores versus Patrões e a de hoje, Empregados versus Empresários resultam na mesma proposta apontada no Manifesto Comunista, mudança. O caminho existente para mudar o sistema que destrói e escraviza, pois segundo Marx o Comunismo é uma tendência já que o Sistema Capitalista possui sua capacidade de destruir tudo que estiver em seu caminho, como bem explica Hobsbawm:

(...) vários aspectos centrais da análise de Marx continuam válidos e relevantes. O primeiro, obviamente, é a análise da irresistível dinâmica global do desenvolvimento econômico capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele, até mesmo aqueles elementos do legado do passado humano do qual ele próprio se beneficiara, como as estruturas familiares. O segundo é a análise do mecanismo de crescimento capitalista, pela geração de “contradições” internas - surtos

infindáveis de tensões e soluções temporárias, o crescimento levando a crises e mudanças, tudo produzindo concentração econômica numa economia cada vez mais globalizada. (HOBSBAWM, 2012, p. 23)

Com o advento de todas as crises geradas pelo próprio Capital e seus reflexos, sempre a mais prejudicada foi a classe trabalhadora, pois quando existe uma ameaça ao excedente a primeira moléstia que surge é o desemprego já que no capitalismo é inconcebível a diminuição da margem do lucro. E é o desemprego que afeta diretamente as políticas do governo neoliberal, tais como o “Pleno Emprego e o Equilíbrio Econômico”, que são os sustentáculos da manutenção na liderança da Nação. Governo este, que vislumbra apenas a balança comercial tendendo sempre aos donos do Capital em detrimento da massa proletariada.

3 Fundamentos do desemprego, pobreza e soluções paliativas segundo Marx

Marx trata tecnicamente o termo desempregados, isto é, pessoas que estavam na situação de empregado e agora não estão mais e não daqueles que estão com idade apta ao trabalho como população supérflua, tendo em vista o caráter específico de sua função dispensável ao interesse do Capital. Pode-se identificar os dois significados como sinônimos, de acordo com a Lei da população peculiar ao modo capitalista de produção segundo Marx dentro de seu contexto histórico assim descrita:

Observando o capital social global, verificamos que ora o movimento de sua acumulação provoca mudanças periódicas, que influem em sua totalidade, ora causa mudanças simultâneas e diferentes nos diversos ramos de produção. Em alguns ramos, ocorre mudança na composição do capital,

sem aumentar sua magnitude absoluta de sua parte variável ou da força de trabalho por ele absorvida; em outros, ora o capital prossegue aumentando em dada base técnica e atrai força de trabalho adicional à proporção que cresce, ora ocorre mudança orgânica, contraindo-se sua parte variável. Em todos os ramos, o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contudente de repulsão dos trabalhadores já empregados, ou pelo menos visível, porém não menos real, da absorção mais difícil da população adicional pelos canais costumeiros. Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa dos trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea ou alternativamente, por essas mudanças. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. (MARX, 2011, p. 734)

Essa população trabalhadora supérflua como é tratada, faz parte do mecanismo engendrado da acumulação de riquezas no sistema capitalista, pois se torna uma massa de capital humano disponível ao trabalho quando o mesmo necessitar pois trata-se da lei da sobrevivência. Marx (2011, p. 735) descreve: *“Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população”*.

Accumulation by dispossession continues in front of our eyes in the late modern capitalism of the contemporary ‘oligopoles’. In the centres, monopoly rents – whose beneficiaries are the oligopolistic plutocracies – are synonymous with the dispossession of the entire productive basis of society. In the peripheries, this pauperising dispossession manifests itself in the expropriation of the peasantry and the plundering of natural re-

*sources of the regions in question. Both these practices constitute the essential pillars of the strategies of expansion of the late capitalism of the 'oligopoles'.*³ (AMIN, 2009, p.53)

Neste contexto, Amin (2009) explica que a pobreza é problema mundial, isso é fato. Tratá-la como epidemia é o correto. É uma contradição o mundo gerar tanta riqueza natural e que é explorada pelo homem e outros da mesma espécie viverem sem acesso a condições mínimas de sobrevivência. Falamos de alimentação básica, a necessária para se manter vivo. Não referimos as questões de direito com educação, saúde, transporte, lazer entre outros. Cada país administra seus problemas sociais de acordo com suas armas e condições, estando numa economia desenvolvida ou não. Contudo algo que a corrente Marxista manifesta e seus defensores propagam, que é conflitante com o modo de produção capitalista que vivemos hoje é que devemos olhar para o homem, o Capital Humano, olhar com o aspecto da dignidade humana, não relacionar o aspecto fictício da matéria abundante e vendável e sim do aspecto terreno em que encontramos hoje, terra e homem, condições primordiais de sobrevivência como morar, dormir, trabalhar pra comer.

De acordo com esta perspectiva, Amin (2009) explica que parece ser necessário pensar a renovação de um marxismo criativo.

³ AMIN, Samir. *Exiting the Crisis of Capitalism or Capitalism in Crisis?* Samir Amin. The theses presented in this chapter have been developed in my book entitled *La crise, sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise*. Paris: Editions Le Temps des Cerises, 2009. “Acumulação por espoliação continua na frente dos nossos olhos no capitalismo moderno final dos “oligopoles” contemporâneos. Nos centros, as rendas monopolistas - cujos beneficiários são as plutocracias oligopolista - são sinônimo de desapropriação de toda a base produtiva da sociedade. Nas periferias, esta desapropriação pauperizador se manifesta na expropriação do campesinato e da pilhagem dos recursos naturais das regiões em questão. Ambas estas práticas constituem os pilares essenciais das estratégias de expansão do capitalismo tardio dos “oligopoles”.

Marx nunca foi tão útil e necessária a fim de compreender e transformar o mundo, hoje ainda mais do que ontem. Ser marxista com esse espírito é começar com Marx e não parar com ele, ou Lenin ou Mao, tal como concebido e praticado pelos marxistas históricos do século anterior. É a prestar para Marx o que é devido a ele: a inteligência para ter começado um pensamento crítico moderno, uma crítica da realidade capitalista e uma crítica de suas representações políticas, ideológicas e culturais. O marxismo criativo deve perseguir o objetivo de enriquecer este pensamento crítico por excelência. Não se deve ter medo de integrar toda a entrada de reflexão, em todas as áreas, incluindo as que têm sido erroneamente considerado “estranho” pelos dogmas de marxismos históricos do passado.

Muitos são os exemplos de países que lutam pela diminuição da desigualdade social que também é causada pelo desemprego oriundo da várias crises econômicas pelas quais o mundo capitalista vem passando. Particularmente existe uma referência neste sentido: o ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006, o economista bengalês Muhammad Yunus, conhecido mundialmente como o banqueiro dos pobres, fundador do Grameen Bank, instituição dedicada ao microcrédito.

Yunus acredita que todo ser humano possui instintos de sobrevivência e auto-preservação, uma prova disto são os milhões de pobres que existem no mundo, onde mesmo miseráveis, conseguem contornar ao máximo sua situação. Sendo assim, a forma mais efetiva de ajudar estas pessoas é incentivar o que elas já tem, seu intuito. Quando confere recursos para estas pessoas, por pouco que seja, consegue melhorar sua condição de vida utilizando-se do seu senso de sobrevivência.

Segundo Hobsbawn (2012, p.20): “(...) *duas coisas, com certeza, nunca perderam relevância para os nossos dias: a visão*

que Marx tinha do capitalismo como sistema econômico historicamente temporário e a análise que fez de seu *modus operandi* – continuamente expansionista e concentrador, gerador de crises e autotransformador.” No mesmo raciocínio respondeu o banqueiro Yunus a pergunta do entrevistador Nicholas Vital, da Revista Isto É Dinheiro, sobre sua afirmação da solução da pobreza estar na mão dos pobres:

A pobreza não é criada pelo povo pobre. Ela é criada pela ordem econômica e social. Portanto, se queremos acabar com a pobreza, temos que introduzir mudanças nessa ordem. Temos que reprojeter tais instituições, econômicas e sociais, e os conceitos que tiveram seu papel na criação da pobreza. Não está nas mãos das pessoas pobres. Se lhes dermos oportunidades, elas serão capazes de cuidar de si mesmas e tirar a si mesmas da pobreza. É uma questão de remoção de obstáculos, e não de mudar as pessoas. As pessoas pobres são plenamente equipadas para a ação. Pessoas pobres são tão capazes quanto qualquer outra pessoa. A diferença é que o sistema não trabalhou a seu favor. Precisamos fazer o sistema mudar. (YUNUS, 2012, p.36)

Realmente enxergar a solução da pobreza a curto espaço de tempo parece utópico já que realmente a corrente marxista entende que é necessário desaparecer com os antagonismos de classe e consecutivamente a mudança do sistema de produção capitalista que produz a pobreza, para o livre desenvolvimento de cada um, resultando no livre desenvolvimento de todos. Uma proposta é então atenuar o impacto da crise econômica deste sistema exterminador de empregos impetrando a figura do crédito a juros reduzidos, a essas pessoas que estão desempregadas e permeiam a classe do que se chama hoje de trabalhadores informais.

O Microcrédito surge como uma opção de serviço financeiro em prol de objetivos sociais específicos, propondo ações sociais

que não visem apenas à filantropia, mas a possibilidade de prover aos pequenos empreendedores condições de exercer seu próprio negócio e gerar sua própria renda, auxiliando camadas sociais pobres a sair da extrema pobreza no mundo todo. Dentre as vantagens iniciais de um programa de microcrédito, está o fato de se poder fornecer crédito aos empreendedores individuais e as empresas de pequeno porte, que não possuem acesso a créditos de empreendimento. Assim, é possível promover o crescimento do empreendedor individual, tanto na geração de empregos como na ampliação do seu negócio. A sustentabilidade é o grande tema contemporâneo, o microcrédito é uma alternativa mais equalizada que permite que as populações superem a linha da miséria, em prol de obter cidadania e garantia de seus direitos humanos e condições mínimas de subsistência e qualidade de vida.

Conclusão

De acordo com esta perspectiva é necessário entender que a mudança deve ser de cima para baixo e não o contrário já que a história está pronta, isto é, o sistema já existe montado e funcionando, de forma desenvolvimentista depredador, mas existe. Se pudéssemos retroceder ao tempo e reiniciarmos de outra maneira com certeza a realidade seria outra, mas é impossível. Porém na concepção marxista devemos abolir o único mal que causa toda essa moléstia que assola o mundo e faz com gerações e gerações lutem entre si em busca de hegemonia e poder. A propriedade. A Teoria de Marx nunca foi tão útil e necessária a fim de compreender e transformar o mundo, hoje ainda mais do que ontem.

As crises econômicas que ocorrem até hoje, previstas por Marx e objeto de estudos dos autores Hobsbawm, Dobb, Sweezy ambos doutrinadores marxistas, são fruto do próprio sistema de produção capitalista, gerada através de suas fases de superprodução. Um sistema que gera um antagonismo eterno entre capital e trabalho, degrada o meio ambiente, intensifica as desigualdades sociais, além de extinguir os valores humanos e culturais. Assim o que sabemos é que esse sistema é falho pois em sua existência desenvolvimentista gerou o fenômeno do pauperismo, que assola o mundo causando uma revolta por parte da sociedade que luta por mudanças.

Sob o aspecto econômico o crédito oferecido ao empreendedor informal, sem vínculo de emprego, autônomo, não é de caráter assistencialista, portanto não pode ser entendido como qualquer outro programa governamental do gênero. É apresentado o microcrédito como alternativo para tentar contornar a real situação em que vivemos, do aumento do desemprego, gerado por várias consequências do sistema econômico atual, impedindo o aumento da pobreza. Esta não seria realmente a solução para a miséria, já que sabemos que para se curar de uma doença devemos estirpar o mal pela raiz, isto é, eliminar este sistema que prolifera a pobreza mundial.

Bibliografia

COGGIOLA, O. L. Angel. As crises econômicas e a teoria Marxista. São Paulo: Revista de Economia do Mackenzie, v. 7, n.3, 2009.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

EICHENGREEN, Barry. Economic History and Economic Polic. University of California, Berkeley. September. 2011

LABROUSSE, Ernest. Fluctuaciones Económicas e Historia Social. Madri, Tecnos, 1962.

HOBBSAWM, Eric J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

_____. A Era do Capital. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. A Era dos Impérios 1875-1914. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

_____. Como Mudar o Mundo. Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. 1. 29.^a ed.- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. 2. 25.^a ed.- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Princípios de Economia Política Marxista. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.